



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
10º Exame de Seleção de Estagiários de Direito da PRR-2ª Região, PR/RJ,
PRM/Niterói e PRM/São Gonçalo.

INSTRUÇÕES

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este caderno de prova que deve conter 40 (quarenta) questões objetivas, sendo 04 (quatro) de língua portuguesa e 09 (nove) por cada grupo de disciplinas de direito (Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Civil e Teoria Geral do Processo) e questões discursivas de Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Civil e Teoria Geral do Processo. Caso haja qualquer erro de impressão solicite imediatamente a substituição;

2. **VERIFIQUE**, também a folha de respostas da prova objetiva e o caderno de respostas da prova subjetiva. **Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.**

3. Preencha corretamente seus dados no **CARTÃO DE RESPOSTA** e no campo correspondente no **CADERNO DE RESPOSTAS**. **Não serão corrigidos os Cadernos de Respostas da Prova Subjetiva que não conste o número da inscrição do candidato.**

4. Não rasure o campo destinado à atribuição da nota.

5. Os espaços para resposta são **LIMITADOS**, de sorte que cabe ao candidato apurar quanto à concisão do texto escrito, uma vez que não serão consideradas quaisquer anotações fora do espaço apropriado.

6. Use **SOMENTE** caneta esferográfica **PRETA** ou **AZUL** nas Folhas de Respostas e no Caderno de Respostas.

7. O candidato só poderá sair com a prova após 90 (noventa) minutos de iniciado o exame.

8. O exame terá duração de 04 (quatro) horas. Aconselhamos não se deter nas questões difíceis, deixando-as para o final.

BOA SORTE!

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2010.

LÍNGUA PORTUGUESA

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (Art. 127, Constituição da República Federativa do Brasil)

(Com base no texto, responda as questões de 1 a 4)

1- Marque a opção CORRETA.

- a) O texto contém apenas duas palavras proparoxítonas.
- b) Ministério recebe acento por ser uma paroxítona terminada em o.
- c) Os vocábulos “Democrático” e “Jurídica” são acentuados pela mesma regra.
- d) Não há palavra paroxítona no texto.

2 - O uso do acento grave indicativo de crase é obrigatório em “à função”, assinale a opção em que o emprego da crase é idêntico ao do texto.

- a) Refiro-me à sua mãe.
- b) Obedeço às minhas tias.
- c) Mandeí um covite à Joana.
- d) Fomos até à escola.

3- O pronome lhe substitui no texto o(s) vocábulo(s):

- a) Estado
- b) função jurisdicional do Estado
- c) incumbindo
- d) Ministério Público

4- Assinale a opção verdadeira, conforme o texto.

- a) **Ministério Público** é complemento do verbo.
- b) **Estado** é substantivo comum.
- c) **Democrático** é adjetivo.
- d) **Indisponíveis** é substantivo abstrato.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

5. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) no processo civil, são formas de autocomposição endoprocessual a submissão, a transação e a desistência, as quais têm o condão de pôr fim ao processo de regra com julgamento de mérito, a depender do direito material em litígio;
- b) tendo em vista a indisponibilidade do direito à liberdade, não se admite a autocomposição em matéria penal;
- c) são exemplos de autotutela a retenção e o penhor *legal*;
- d) a arbitragem inscreve-se no monopólio estatal da jurisdição na medida em que, para ganhar eficácia, carece a sentença arbitral de homologação por juiz togado;

6. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) à afirmação de que o órgão jurisdicional deve ser subjetivamente capaz corresponde o princípio da identidade física do juiz;
- b) no processo penal, o princípio da indisponibilidade da ação penal impede que o MP peça a absolvição do réu após concluída a instrução;
- c) o princípio da indivisibilidade da ação penal possui incidência tanto na ação penal privada quanto na pública, operando os mesmos efeitos em ambos os casos;
- d) de acordo com a jurisprudência do STF, a liberdade de convicção do juiz inerente ao princípio da persuasão racional sujeita-se à exigência de motivação extrínseca consagrada no art. 93, IX, da Constituição Federal, mas não se exige que o ato de recebimento da denúncia seja fundamentado;

7. Assinale a alternativa CORRETA:

“A *pertinência subjetiva da lide*” é o conceito clássico de:

- a) interesse de agir;
- b) legitimidade *ad causam*;
- c) *causa petendi*;
- d) capacidade postulatória.

8. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o art. 503 do CPC contempla hipótese de preclusão consumativa;
- b) a eficácia preclusiva da coisa julgada material alcança apenas as questões de fato, excluídas as questões de direito;
- c) o art. 183 do CPC contempla hipótese de preclusão lógica;
- d) a preclusão *pro judicato* não alcança as questões de ordem pública, que a qualquer tempo e grau de jurisdição podem ser conhecidas;

9. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) para o Código de Processo Civil, são idênticas as “ações” que formulem o mesmo pedido, com os mesmos fundamentos jurídicos;
- b) a doutrina processual brasileira não admite atenuações à regra da imutabilidade da coisa julgada material;
- c) para a concepção processualística dominante, não existe direito sem ação e nem ação sem direito;
- d) segundo a moderna doutrina processual, ação é o direito de alguém perseguir, em juízo, aquilo que lhe é devido.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a regra da correlação entre acusação e sentença é uma decorrência do princípio do contraditório;
- b) o princípio do contraditório no processo penal concretiza-se pela ciência bilateral dos termos e atos do processo associada à mera possibilidade de contrariá-los;
- c) o processo inquisitivo é um processo penal de partes;
- d) modernamente, entende-se que a motivação das decisões judiciais não cumpre função política;

11. Assinale a alternativa CORRETA:

“A petição inicial regularmente formulada é:”

- a) manifestação da possibilidade jurídica do pedido;
- b) requisito para a existência do processo;
- c) pressuposto processual de validade;
- d) irrelevante para o processo, dada a instrumentalidade das formas.

12. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o princípio do duplo grau de jurisdição encontra expressa previsão constitucional;
- b) chama-se competência a quantidade de jurisdição cujo exercício é atribuído a cada órgão ou grupo de órgãos;
- c) a competência especial por prerrogativa de função estende-se ao crime cometido após a cessação definitiva do exercício funcional;
- d) compete à Justiça Federal o processo por contravenção penal quando praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades;

13. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) partes são os sujeitos processuais que formulam pretensão e aqueles contra quem a pretensão é formulada;
- b) litisconsórcio é uma das modalidades de intervenção de terceiros;
- c) o juiz, por ser sujeito do processo, também é considerado parte;
- d) as partes possuem direitos, deveres, poderes, ônus e faculdades processuais; os terceiros só possuem situações subjetivas de desvantagem, como os deveres e as sujeições.

DIREITO CIVIL

14. Em tema de responsabilidade civil, é CORRETO afirmar que a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça orienta que:

- a) depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais;
- b) a simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral, sendo necessária a prova do prejuízo sofrido pelo correntista;
- c) é lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral;
- d) não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.

15. Encargo é:

- a) uma sujeição facultativa a um direito potestativo condicional de recompensa;
- b) uma contraprestação decorrente de uma doação a termo;
- c) o aceite compulsório a uma disposição unilateral de vontade;
- d) uma restrição à vantagem criada ao beneficiário de uma liberalidade.

16. Sobre as pessoas jurídicas de direito privado é CORRETO afirmar que:

- a) a existência legal das sociedades e das associações começa com a inscrição de seus atos constitutivos no respectivo registro, salvo a das fundações, que começa com a aprovação de seu estatuto pelo Ministério Público do Estado onde situadas, prescindindo de posterior registro para sua constituição;
- b) em caso de abuso da personalidade jurídica caracterizado pela confusão patrimonial, pode o juiz, adotando a doutrina da desconsideração da personalidade jurídica, dissolver a pessoa jurídica, tornando-a para todos os efeitos sociedade de fato;
- c) em caso de abuso da personalidade jurídica caracterizado pela confusão patrimonial, pode o juiz, adotando a doutrina da desconsideração da personalidade jurídica, anular os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- d) o estatuto de uma associação pode autorizar a transmissão, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, dos direitos dos associados a terceiros.

17. Assinale a opção CORRETA:

- a) os juros e os aluguéis são exemplos de frutos civis;
- b) são benfeitorias úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem, assim como os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor;
- c) produtos são as utilidades que uma coisa periodicamente produz, sem acarretar-lhe a destruição no todo ou em parte;
- d) as pertenças, como bens acessórios que são, seguem, por via de regra, a sorte do bem principal.

18. Assinale a opção INCORRETA:

- a) responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado;
- b) não haverá compensação quando as partes, por mútuo acordo, a excluírem, ou no caso de renúncia prévia de uma delas;
- c) a cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial, mas não simplesmente à mora;
- d) o pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.

19. Tendo em vista as disposições gerais do Código Civil sobre os contratos, é CORRETO afirmar que:

- a) a *exceptio non adimpleti contractus* somente pode ser invocada nos contratos bilaterais, mas a cláusula resolutiva tácita é aplicável tanto nos bilaterais quanto nos unilaterais;
- b) a evicção restringe-se ao campo dos contratos comutativos, mas os vícios redibitórios podem apresentar-se tanto nos comutativos quanto nos aleatórios;
- c) nem todo contrato oneroso é bilateral, mas todo contrato unilateral é gratuito;
- d) os contratos comutativos e os aleatórios são sempre onerosos.

20. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) a renúncia da prescrição pode ocorrer ainda que não escoado o respectivo prazo;
- b) o devedor que paga uma obrigação prescrita não possui o direito de repetir o pagamento;
- c) não corre a prescrição contra os relativamente incapazes;
- d) as ações constitutivas não estão sujeitas à decadência.

21. No que concerne aos negócios jurídicos, é CORRETO afirmar que:

- a) a anulação de negócio jurídico pode ser decretada de ofício pelo juiz;
- b) a simulação é um defeito de consentimento do negócio jurídico, independentemente de prejuízo a terceiros;
- c) na hipótese de reserva mental, não há invalidação do negócio jurídico;
- d) *nem sempre as causas de nulidade ou anulabilidade são concomitantes ao negócio jurídico.*

22. Assinale a alternativa CORRETA quanto à responsabilidade civil.

- a) a responsabilidade objetiva do Estado, com base no art. 37, § 6º, da Constituição da República, só se aplica aos casos de responsabilidade extracontratual do Estado, não incidindo essa norma constitucional nos casos de responsabilidade contratual;
- b) no direito brasileiro, a responsabilidade objetiva do Estado decorre da teoria do risco administrativo e não admite excludentes;
- c) com relação ao nexo de causalidade, o Código Civil Brasileiro adota a teoria da causalidade adequada, considerando como causadora do dano a ação por si só apta a produzi-lo;
- d) as concausas preexistentes, ou seja, aquelas que já existiam quando da conduta do agente, eliminam a relação causal.

DIREITO PENAL

23. Assinale a opção CORRETA:

- a) segundo a teoria limitada da culpabilidade, o erro de proibição exclui o dolo enquanto o erro de tipo não exclui esse elemento subjetivo.
- b) o dolo, de acordo com a teoria finalista da ação, contém a consciência da antijuridicidade.
- c) o erro de proibição escusável, como excludente da potencial consciência da ilicitude, exclui a culpabilidade, acarretando, pois, a absolvição do agente.
- d) o erro de proibição, assim como o erro de tipo, exclui o dolo .

24. O Agente da Polícia Federal Afonsino, cumprindo ordem do Delegado de Polícia Federal ao qual está subordinado, agride fisicamente o preso Marcelino, suposto autor do crime de tráfico internacional de drogas, com a finalidade de obter uma confissão. Nesse caso:

- a) serão ambos, Agente e Delegado, processados criminalmente.
- b) incide a regra prevista no art. 22 do CP em favor do Agente Afonsino, o qual não agiu dolosamente, tendo apenas cumprido ordem emanada do superior hierárquico.
- c) incide a regra prevista no art. 22 do CP em favor do Agente Afonsino, não sendo a conduta do mesmo culpável, eis que agiu por ordem de seu superior hierárquico.

d) incide a regra prevista no art. 22 do CP em favor do Agente Afonsino, não sendo a conduta do mesmo ilícita, já que apenas cumpriu ordem emanada de superior hierárquico.

25. Sobre o instituto da prescrição, é CORRETO afirmar que:

a) o reconhecimento da prescrição prejudicará o cumprimento da pena principal imposta ao agente criminoso, assim como os efeitos secundários da condenação, incluindo a de eventual futura reincidência.

b) a chamada prescrição penal antecipada, com base na eventual pena que seria aplicada ao delito (considerando qualificadoras, causas de aumento de pena e agravantes), é admitida pela jurisprudência pátria majoritária, não obstante a ausência de previsão legal.

c) as causas de aumento e diminuição de pena, e as circunstâncias agravantes e atenuantes não interferem no prazo de prescrição da pretensão punitiva.

d) a prescrição, com base da pena a ser aplicada em futura sentença, eventualmente condenatória, poderá, em casos extremos, ser reconhecida de acordo com o prudente arbítrio do magistrado para julgar extinta a punibilidade do acusado.

26. Em relação à lei penal no tempo e no espaço, é VERDADEIRO que:

a) O Código Penal Brasileiro adotou a teoria da atividade ou da ação, segundo a qual é considerado lugar do crime aquele em que o agente desenvolveu a atividade criminosa.

b) Ficará sujeito à lei brasileira, ainda que absolvido no exterior, o agente que cometeu o crime tráfico de drogas, delito este previsto em Convenção.

c) No período de *vacatio legis*, a lei penal ainda não é efetiva, motivo pelo qual não tem aplicação, salvo se se tratar de *lex mitior* ou de *abolitio criminis*.

d) Fala-se em *abolitio criminis* quando uma lei penal posterior mais benéfica retira a característica de ilícito penal de um fato anteriormente incriminado, fazendo desaparecer os efeitos penais e civis da condenação.

27. Adamastor Jr. e Adeilson decidem praticar o crime de roubo. Enquanto o primeiro agente criminoso permanece fora da residência da vítima, o segundo nela penetra e comete latrocínio (roubo qualificado pelo resultado morte). Nesse caso:

a) Ambos responderão pelo crime de latrocínio.

b) Adamastor Jr. responderá apenas pelo roubo, cuidando-se de exceção à teoria monista, adotada, como regra, pelo ordenamento jurídico pátrio.

c) Adamastor Jr. responderá apenas pelo roubo em razão da adoção da teoria pluralista pelo Código Penal Brasileiro.

d) Adamastor Jr. responderá apenas pelo roubo em razão da teoria dualista adotada, como regra, pelo Código Penal Brasileiro.

28. É INCORRETO dizer que:

a) o consentimento do ofendido é admitido pelo ordenamento jurídico pátrio como causa supralegal de exclusão da ilicitude quando a ofensa é dirigida a bem jurídico disponível (como patrimônio, honra) e, em determinadas hipóteses, a bem jurídico indisponível (como vida, integridade corporal).

b) segundo o entendimento predominante, o estado de necessidade, enquanto causa de exclusão da ilicitude, pode ser invocado quando da prática de qualquer delito, seja ele doloso ou culposos.

- c) a legítima defesa sucessiva, assim como a legítima defesa real contra a legítima defesa putativa afastam a ilicitude da conduta típica praticada.
d) nenhuma das alternativas acima.

29. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um sexto a um terço.
b) a lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que sua vigência seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência, em razão da ultratividade da lei mais benéfica.
c) em que pese o previsto no art. 97, parágrafo 1º do CP, vem a jurisprudência pátria entendendo que a medida de segurança tem o prazo máximo da pena correspondente ao crime cometido, considerando, para tanto, os princípios da isonomia e proporcionalidade.
d) todas as alternativas são incorretas.

30. De acordo com as regras estabelecidas no CP:

- a) ao fixar a pena privativa de liberdade, deverá o magistrado atender à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, personalidade e situação econômica do agente, aos motivos e às circunstâncias e consequências do crime
b) computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro
c) a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil por crime de mesma natureza, quando diversas ou nela é computada, quando idênticas
d) é facultado ao juiz declarar extinta a pena, enquanto não passar em julgado a sentença em processo a que responde o liberado, por crime cometido na vigência do livramento

31. É possível afirmar, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário, que:

- a) a ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação penal pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal, ou se o mesmo decidir pelo arquivamento do feito.
b) a legítima defesa da honra não constitui causa de exclusão da ilicitude.
c) a sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
d) nenhuma das alternativas acima.

DIREITO CONSTITUCIONAL

32. São traços característicos do federalismo brasileiro, EXCETO:

- a) Competência legislativa concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, cabendo àquela, tão-somente, a edição de normas gerais.
b) Representação dos Estados e do Distrito Federal junto ao Congresso Nacional via Senado Federal.
c) Subordinação política dos municípios em relação aos Estados.

d) Possibilidade de intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal a fim de assegurar os chamados princípios constitucionais sensíveis.

33. Acerca do poder constituinte, todas as assertivas abaixo são verdadeiras, EXCETO:

- a) O poder constituinte originário não sofre limitações prévias de natureza jurídica.
- b) O poder constituinte originário legitima-se pelas forças políticas que o deflagram.
- c) As limitações ao poder de reforma da Constituição estão exaustivamente previstas em seu próprio texto.
- d) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.

34. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Nenhum dos direitos previstos do caput do artigo 5º da Constituição (vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade) é absoluto.
- b) O rol de direitos e garantias do artigo 5º possui caráter taxativo.
- c) A privação de direito por escusa de consciência deverá ser precedida de recusa de cumprimento de obrigação alternativa.
- d) A inviolabilidade do domicílio não prevalece em casos de flagrante delito, de desastre ou de socorro.

35. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Em seu sentido sociológico, a Constituição é o reflexo dos fatores reais de poder de uma nação.
- b) O Título VII da Constituição de 1988 estabelece normas que arbitram o antagonismo entre livre iniciativa econômica e o intervencionismo estatal.
- c) São classificadas como materialmente constitucionais as normas relativas a direitos fundamentais, organização do Estado e repartição de competências federativas.
- d) O extenso rol de direitos individuais e coletivos do artigo 5º da Constituição de 1988 é indicativo de sua índole estritamente liberal.

36. Acerca do controle de constitucionalidade das leis, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo a cláusula de reserva de plenário, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
- b) O Senado Federal pode exercer controle de constitucionalidade suspendendo a eficácia, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Presidente da República pode exercer controle de constitucionalidade preventivo.
- d) Os juizes de primeira instância estão impedidos de exercer o controle de constitucionalidade.

37. Ainda quanto ao controle de constitucionalidade das leis, marque a alternativa INCORRETA:

- a) São pressupostos lógicos do controle de constitucionalidade a rigidez e a supremacia da constituição.
- b) As leis materialmente incompatíveis com a Constituição de 1988 sofreram revogação.
- c) Chama-se recepção a manutenção, na ordem jurídica, das antigas leis materialmente compatíveis com a nova constituição.
- d) É vedada a repriminção de norma pela nova constituição, ainda que expressamente.

38. Acerca do regime constitucional do Ministério Público, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Dentre outras atribuições, cabe ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, o inquérito civil e a ação civil pública.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) Segundo o princípio da indisponibilidade do interesse público, o Ministério Público poderá atuar na representação judicial de entidades públicas.
- d) Aos membros do Ministério Público é vedado o exercício da advocacia.

39. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A norma do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 detém aplicabilidade imediata.
- b) A norma do artigo 5º, inciso XIII, da Constituição de 1988 detém aplicabilidade imediata e eficácia contida.
- c) As normas programáticas não detém imperatividade jurídica enquanto não sobrevinha legislação ou programa de governo implementadores de seu conteúdo.
- d) As normas programáticas são instrumentos típicos das constituições dirigentes.

40. Acerca das funções dos Poderes da República, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal representam o povo e têm por atribuição predominante a atividade legiferante.
- b) O Ministério Público tem por atribuição predominante a fiscalização da lei e de sua aplicação.
- c) O Presidente da República atua como Chefe de Estado e Chefe de Governo, cabendo-lhe a representação do país na arena internacional e a direção da Administração Federal no âmbito interno.
- d) Exercendo seu poder normativo, o Presidente da República está impedido de inovar originariamente no ordenamento jurídico.

GABARITO

LÍNGUA PORTUGUESA	1.C / 2.B / 3. D / 4.C
TGP	5.C / 6.D / 7.B 8.D / 9.ANULADA / 10.A / 11.C / 12.B / 13.A
DIREITO CIVIL	14.C / 15. D / 16.D / 17.A / 18.C / 19.D / 20.B / 21.C / 22.A
DIREITO PENAL	23.C / 24.A / 25.D / 26.C / 27.B / 28.C / 29.C / 30.B / 31.D
CONSTITUCIONAL	32.C / 33.C / 34.B / 35.D / 36.D / 37.D / 38.C / 39.C / 40.A

QUESTÕES SUBJETIVAS

CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO (utilizar até 10 linhas)

O que se entende por mutação constitucional e como ela se manifesta?

2ª QUESTÃO (utilizar até 30 linhas)

Disserte sobre a ação direta de inconstitucionalidade, abordando:

- conceito;
- objeto (espécies normativas passíveis de controle);
- legitimados ativos;
- o papel do Advogado-Geral da União e do *amicus curiae*;

decisão: eficácia e declaração de nulidade total, parcial e parcial sem redução de texto

PENAL

1) Discorra sobre tipicidade penal (considerando seus aspectos formal e conglobante), e Princípio da Insignificância (conceito e incidência) (em 20 linhas)

CIVIL

1) Discorra em até vinte linhas sobre a proteção da boa-fé nas relações contratuais.

2) Discorra em até quinze linhas sobre a responsabilidade civil por omissão do Estado

TEORIA GERAL DO PROCESSO

DISCORRA EM NO MÁXIMO 25 (VINTE E CINCO) LINHAS SOBRE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, ABORDANDO:

- a) conteúdo;
- b) 3 princípios processuais derivados do *due process* na Constituição Federal;

(as linhas porventura excedentes não serão consideradas para efeito de avaliação)